



MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

Pregão Eletrônico nº 28/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo administrativo nº 8.444/2025

REQUERENTE:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objeto: **Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Municipal do município de Butiá/RS através de Pregão Eletrônico - Registro de preços.**

Portal: www.portaldecompraspublicas.com.br

O MUNICÍPIO DE BUTIÁ torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo Menor Preço - total por item, tendo como objeto Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Municipal do município de Butiá/RS através de Pregão Eletrônico - Registro de preços., com a entrega conforme previsto do Termo de referência (anexo I) do presente edital e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 62/2023, de 14 de março de 2023;

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada da seguinte forma:

Início de recebimento de documentação/propostas: **19/12/2025 - 08:00h**

Limite para recebimento de documentação/propostas: **08/01/2026 - 13:59h**

Abertura das propostas e sessão pública: **08/01/2026 - 14:00h**

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Municipal do município de Butiá/RS através de Pregão Eletrônico - Registro de preços., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens ou lotes, conforme demonstrado na tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens, ou lotes se for o caso, forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será Menor Preço - total por item, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. CREDENCIAMENTO, CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E PENALIDADES NA FASE DE LANCES

2.1. Poderão participar desta licitação todas as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado devendo providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**;



MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação do participantes nas etapas do processo licitatório.

2.7. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, o cumprimento das regras do presente edital e:

2.7.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.7.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.7.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.7.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

2.7.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio;

2.7.6. Manter a proposta de preços ou lance ofertado, salvo quando ocorrer erro devidamente comprovado;

2.8. Na ocorrência de desistência da proposta de preços ou lances ofertados, a empresa participante estará sujeita à seguinte penalidade: **IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM ESTE MUNICÍPIO PELO PRAZO DE ATÉ 03 (TRÊS) ANOS**, sem o prejuízo das demais sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no que couber;

2.9. O Pregoeiro não desclassificará lances ou propostas por simples arrependimento dos participantes sendo somente mediante erro devidamente comprovado.

2.10. O abandono do sistema, sem respostas quanto à negociação ou quaisquer solicitações do Agente de Contratação, o não cadastramento da proposta final ou a não apresentação dos documentos de habilitação, o ainda, mediante a prorrogação do prazo permanecer essa situação sem a devida justificativa, também será interpretado como desistência da proposta;

2.11. Configurando-se desistência da proposta, esta será desclassificada para o prosseguimento da licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas, passando a negociação e os demais trâmites ao próximo colocado do certame;

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. Os licitantes encaminharão a proposta com a descrição do objeto ofertado, marca (no que couber) e o(s) respectivo(s) preço(s), **digitada exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio destas.

3.2. O envio da proposta inicial ocorrerá por meio de chave de acesso e senha no site Portal de compras públicas e será digitada diretamente no sistema.

3.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

3.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar, modificar e/ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

3.5. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.6. Os documentos que compõem a habilitação anexados posteriormente pelo licitante melhor classificado, bem como os respectivos preços ofertados serão disponibilizados para avaliação dos demais participantes com acesso público via sistema.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL E ENVIO DA PROPOSTA FINAL

4.1. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas, digitando-a nos campos disponíveis no sistema eletrônico, observando as diretrizes no Modelo de Proposta Comercial sugerido e anexo ao edital, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. O licitante classificado como primeiro colocado terá sua proposta automaticamente registrada no sistema, com acesso pelos demais participantes, não sendo necessário a inclusão de arquivo com a mesma;

4.4. Após declarado vencedor do respectivo item, o licitante será convocado para anexar a proposta final, readequada ao seu preço proposto, preferencialmente em PDF, no prazo de até 24h (vinte e quatro) horas;

4.5. Poderá ainda o pregoeiro fixar prazo inferior ao limite estabelecido no item anterior, para fins de dar celeridade ao processo, ou ainda prorrogar este prazo nas seguintes hipóteses:

a) Novo chamado, decidido pelo Pregoeiro, alertando da aplicação de sanções caso ocorra a ausência da documentação exigida, para fins de preservar o processo e/ou dar celeridade ao mesmo;

b) ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela vencedora que constituiu o impedimento de cumprir o prazo estabelecido;

4.6. O pregoeiro examinará a proposta primeira colocada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preços em relação ao aceito, passando a verificação dos documentos de habilitação conforme disposições previstas no presente edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

5.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.8. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

5.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, se houver, que incidirá, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta encontrar-se-á estabelecido na tabela constante no item 1.1 do termo de referência (anexo I) do edital;

5.12. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. Será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

5.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

5.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.28. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

5.29. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.30. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em até 10 minutos contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

e) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

f) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

g) empresas brasileiras;

h) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

i) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. As Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão declarar no cadastramento da documentação e proposta inicial no portal, em campo próprio, o enquadramento nessa(s) categoria(s).

6.2. A ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal de nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

6.3. A ausência da declaração de ME/EPP não gera inabilitação, exceto quando a licitação ou determinado item destina-se exclusivamente a participação dessas categorias;

6.4. O edital poderá prever itens com exclusividade ou cota de participação para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, em conformidade com a Lei complementar 147/2014 e encontrar-se-á explicito no respectivo item;

6.5. Os participantes enquadrados como ME e EPP, validados através da apresentação da documentação exigida no edital, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da lei complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei nº 14.133/2021, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório;.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao valor de referência ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

Documento assinado digitalmente em 17/12/2023 às 15:13:31. Acesse o endereço: https://sl.gov.br.cloud/ML86y para verificar a autenticidade.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

7.4. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.10. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.13. O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.14. Quando o melhor valor ofertado resultar acima do preço de referência do Município e não ocorrer redução mediante negociação, este será recusado pelo Pregoeiro, tendo a referida empresa a sua proposta desclassificada, passando a negociar com os demais licitantes do respectivo item, na ordem de classificação, em busca de redução do valor.

7.15. A negociação será realizada por meio do sistema, onde pode ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16. O licitante vencedor do item Preferencial para ME/EPP e do item Exclusivo deverá apresentar o mesmo preço unitário nos dois itens, por tratar-se de um mesmo produto.

7.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante(s) melhor(es) colocado(s), observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

8.1. Para fins de habilitação na presente licitação, a licitante detentora da melhor proposta deverá anexar toda a documentação exigida no prazo de até 48h (quarenta e oito horas), quando solicitado pelo pregoeiro via diligência no sistema.

8.2. Poderá ainda o pregoeiro fixar prazo inferior ao limite estabelecido no item 8.1, para fins de dar celeridade ao processo, podendo o prazo ser prorrogado nas seguintes hipóteses:

a) Novo chamado, decidido pelo Pregoeiro, alertando da aplicação de sanções caso ocorra a ausência da documentação exigida, para fins de preservar o processo e/ou dar celeridade ao mesmo;

b) ocorrência de fato superveniente devidamente impedimento de cumprir o prazo estabelecido;

8.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

e) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal (alvará de localização), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

a) CERTIDÃO Negativa conjunta de débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da união;

b) CERTIDÃO de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

c) CERTIDÃO de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) CERTIFICADO de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, fornecido pela Caixa Econômica Federal prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho CNDT, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

8.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certificado de Registro do Produto, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária (em caso de produto importado é necessária a apresentação do certificado de boas práticas de fabricação e controle emitido pela autoridade sanitária do País de origem e de laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira); **Quando se tratar de produto isento ou dispensado de registro, apresentar documento que comprove tal isenção ou dispensa.**





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

b) Certificado de autorização de funcionamento – AFE, emitido pela ANVISA, para fabricação, distribuição e/ou importação de produtos conforme art.7º, inciso VII, da Lei 9.782/99;

c) Alvará de Licença Sanitário, emitido pelo órgão competente (Estadual ou Municipal), para comercializar e vender materiais similares ao objeto deste certame, em nome da pessoa jurídica licitante;

8.7. DECLARAÇÕES:

a) DECLARAÇÃO de enquadramento como ME/EPP e que não se inclui no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, quando for o caso, conforme modelo (anexo III), podendo ser substituída por CERTIDÃO simplificada ou cópia do enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, autenticada pela Junta Comercial, quando for o caso;

b) DECLARAÇÃO de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002. (modelo anexo IV do edital)

c) DECLARAÇÃO de idoneidade e de que não possui impedimento para licitar com o Poder Público, (modelo anexo VI do edital)

8.7. DEMAIS CONDIÇÕES

8.7.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.7.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo fixado pelo pregoeiro de até quarenta e oito horas, sob pena de inabilitação.

8.7.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.5. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7.6. Não será necessário o envio pelos participantes do certame da **documentação física** exigida na fase de habilitação, no qual se responsabilizam por todo o conteúdo digital enviado;

8.7.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.9. Os documentos serão submetidos à conferência de sua veracidade via web quando a natureza do mesmo permitir. Demais documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros sob responsabilidade do interessado no qual os apresentou no sistema, que ficará sujeito às penalidades previstas em lei, podendo ainda o Pregoeiro promover diligências para averiguações junto à Órgãos Emissoras.

Documento assinado digitalmente em 17/12/2025 15:13:31
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/MI86y> para verificar a autenticidade.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

8.7.10. Os documentos enviados que não possuírem o prazo de validade, serão considerados 60 (sessenta) dias, a contar da data de emissão dos mesmos;

9. VEDAÇÕES

9.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

f) Licitantes que não atendam às condições impostas no presente edital e seus anexos;

g) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

h) Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 4.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

10. RECURSOS

10.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

10.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto neste Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

11. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DE EMPRESAS DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados, bem como o acompanhamento do recebimento das mensagens.

12. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. HOMOLOGAÇÃO:





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

13.1. Decorridas todas as etapas do processo licitatório, o mesmo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação/homologação.

13.2. Homologado, pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório e os preços serão computados na Ata de Registro de Preços, onde poderá ser convocado, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, durante o período de sua vigência e nas condições deste edital.

13.3. A existência de registro de preços não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

13.4. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do Registro de Preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual.

13.5. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei 14.133/2021.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

15. VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em data fixada pelo Contratante.

15.2. O prazo de assinatura do instrumento contratual é de 5 (cinco) dias, a contar do envio pela unidade Contratante;

16. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Documento assinado digitalmente em 17/12/2025 15:13:34
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br/cloud/w186y> para verificar a autenticidade.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

16.1. O pagamento será efetuado mediante nota de empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária apontada pela(s) Secretaria(s) Requisitante(s);

16.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

16.3. Será realizado o pagamento em até 30 dias conforme a quantidade entregue do produto.

17. RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. O prazo de entrega dos produtos é de 7 (sete) dias úteis, a contar da emissão da ordem de fornecimento.

17.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do Contratante ou em outro local determinado pelo mesmo, não excedendo o perímetro urbano do Município, sempre em horário de expediente;

17.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a Contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

17.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

17.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

17.6. O produtos serão recebidos nas seguintes formas:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

17.7. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

17.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

f) não celebrar a ata de registro de preços ou o contrato, bem como deixar de entregar a documentação exigida para emissão destes instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 18.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

18.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 18.2 do presente Edital.

18.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6. A aplicação das sanções previstas no item 18.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.7. Na aplicação da sanção prevista no item 18.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 18.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

18.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 18.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

19.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, até o horário estabelecido no sistema.

19.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. Acolhida a impugnação, ocorrerá retificação do edital e publicação com nova data para a realização do certame.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, o acompanhamento destas e de todas as fases do processo licitatório.

19.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

19.10. Será permitida a suspensão do processo licitatório para fins de apreciação de impugnação, quando considerado necessário pelo Município mais prazo para análise das considerações, devendo ser recontado os prazos legais ao efetuar a republicação, com a devida publicação nos veículos de informação definidos na Lei;

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A ata de registro de preços terá validade por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei 14.133/2021 e do decreto Municipal nº 62/2023;

20.2 O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços, com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação.

20.3 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou que de fato eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover a necessária avaliação junto aos fornecedores.

20.4 Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

20.5 Caso a negociação seja frustrada, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, cabendo ao Município convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

20.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

20.6.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

20.6.2 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

20.6.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.7 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

20.8 descumprir as condições Previstas no contrato e/ou do Edital e/ou Ata de Registro de Preços;

20.9 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

20.10 tiver presentes razões de interesse público.

20.11 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

20.12. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

21. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

21.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos respectivos valores visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

21.1. O reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser solicitado pela detentora da Ata de Registro de preços ou já efetivada como Contratada, acompanhado de toda documentação comprovando a variação dos valores registrados e/ou contratados.

21.2. Os valores registrados e/ou contratados sofrerão alteração mediante aprovação do Município, através de termo aditivo na ata de registro de preços e/ou no instrumento contratual já firmado;

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Documento assinado digitalmente em 07/12/2025 15:13:31
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br/.cloud/ML86y> para
verificar a autenticidade.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

22.14. Este Pregão poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.14.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.14.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.15. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.16. - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua do comércio, 590 – Centro – Butiá/RS em dias úteis, no horário das 09:00h às 12:00h, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.17. Fica eleito o Foro da Comarca de Butiá para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Butiá, 28 de novembro de 2025.

Jefferson Salatiel da Silva Vieira
Prefeito Municipal

Documento assinado digitalmente em 17/12/2025 15:13:31
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br/.cloud/W186y> para
verificar a autenticidade.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Municipal do município de Butiá/RS através de Pregão Eletrônico - Registro de preços., conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Lote	Item	Descrição do item	Qtde	Un.	R\$ médio Unit	R\$ medio total	Int. mín. entre lances	Trat. ME/EPP
1	1	Aciclovir 200mg	50.000	COM	0,1469	7.345,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
2	1	Aciclovir 50mg/g creme (Bisnaga 10g)	2.000	BIS	1,8102	3.620,40	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
3	1	Ácido acetilsalicílico 100mg	160.000	COM	0,0243	3.888,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
4	1	Ácido fólico 5mg	45.000	COM	0,0328	1.476,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
5	1	Ácido valpróico 250mg	150.000	CPS	0,2320	34.800,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
6	1	Ácido valpróico 500 mg	150.000	COM	0,5330	79.950,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
7	1	Ácido valpróico solução oral ou xarope 50mg/ml (Frasco c/100ml)	2.000	FR	5,7966	11.593,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
8	1	Albendazol 400mg	20.000	COM	0,4246	8.492,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
9	1	Albendazol 40mg/ml (frasco c/10ml)	2.000	FR	1,0266	2.053,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
10	1	Alendronato de sódio 70 mg	20.000	COM	0,1726	3.452,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
11	1	Alopurinol 100mg	80.000	COM	0,1283	10.264,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
12	1	Alopurinol 300mg	80.000	COM	0,2283	18.264,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
13	1	Ambroxol, cloridrato de. - 30 mg/5ml - fr c/ 100 ml	2.000	FR	2,8900	5.780,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
14	1	Ambroxol, Cloridrato de. (15mg/5ml) - (Frascos com 100ml)	2.000	FR	2,3793	4.758,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

15	1	Amiodarona, cloridrato de. 200mg	60.000	COM	0,2894	17.364,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
16	1	Amitriptilina, cloridrato de. 25mg	250.000	COM	0,0336	8.400,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
17	1	Amitriptilina, cloridrato de 75 mg	50.000	COM	0,1996	9.980,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
18	1	Amoxicilina + clavulanato de potássio 50 mg/ml+12,5mg/ml fr c/100ml	2.000	FR	14,6100	29.220,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
19	1	Amoxicilina + clavulanato de potássio. 500mg+125mg	80.000	COM	1,0266	82.128,00	10,00	Ampla Concorrência
20	1	Amoxicilina 500mg	100.000	COM	0,1830	18.300,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
21	1	Amoxicilina po para susp. oral 50mg/ml (frascos com 150ml)	2.000	FR	12,2696	24.539,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
22	1	Atenolol 100mg	50.000	COM	0,1640	8.200,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
23	1	Atenolol 50mg	50.000	COM	0,0429	2.145,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
24	1	Azitromicina 500mg	80.000	COM	0,7297	58.376,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
25	1	Azitromicina pó para susp. oral 40mg/ml (frascos com 15ml)	2.000	FR	5,7466	11.493,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
26	1	Beclometasona, dipropionato de pó, sol. inal ou aerossol 250 mcg/dose - frasco c/ 200 doses	2.000	FR	21,9000	43.800,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
27	1	Benzilpenicilina benzatina. injet. 1.200.000 UI - pó p/susp + diluente	2.000	UN	6,7600	13.520,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
28	1	Besilato de Anlodipino 10mg	100.000	COM	0,0493	4.930,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
29	1	Besilato de Anlodipino 5mg	140.000	COM	0,0293	4.102,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
30	1	Betametasona, Dipropionato de + betametasona, Fosfato de 5 mg + 2 mg/ml amp. c/1 ml	2.000	AMP	3,6300	7.260,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
31	1	Biperideno, cloridrato de. 2mg	150.000	COM	0,2436	36.540,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP

Documento assinado digitalmente em 17/12/2025 15:13:31
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/MI86y> para verificar a autenticidade.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

32	1	Budesonida 32mcg	2.000	FR	11,4766	22.953,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
33	1	Budesonida aerossol 50 mcg/dose suspensão nasal, frasco 120 doses	2.000	FR	15,8133	31.626,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
34	1	Captopril 25mg	100.000	COM	0,0199	1.990,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
35	1	Carbamazepina 200mg	240.000	COM	0,4771	114.504,00	10,00	Ampla Concorrência
36	1	Carbamazepina xarope 20mg/ml (Fracos com 100ml + copo medida)	2.500	FR	8,6261	21.565,25	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
37	1	Carbonato de cálcio + colecalciferol 500mg + 400UI	75.000	COM	0,0415	3.112,50	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
38	1	Carbonato de cálcio 1250 mg	75.000	COM	0,1573	11.797,50	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
39	1	Carvedilol 12,5mg	60.000	COM	0,0733	4.398,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
40	1	Carvedilol 25mg	60.000	COM	0,1055	6.330,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
41	1	Carvedilol 3,125 mg	60.000	COM	0,0726	4.356,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
42	1	Carvedilol 6,25mg	60.000	COM	0,0648	3.888,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
43	1	Cefalexina (sódica ou cloridrato) 500mg	100.000	CPS	0,5090	50.900,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
44	1	Cefalexina (sódica ou cloridrato) susp. oral 50mg/ml (frasco com 100 + copo de medida)	2.000	FR	7,4800	14.960,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
45	1	Cinarizina 75 mg	30.000	COM	0,3310	9.930,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
46	1	Ciprofloxacino, cloridrato de. 500mg	100.000	COM	0,1966	19.660,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
47	1	Clomipramina, cloridrato de 25 mg	50.000	COM	1,2563	62.815,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
48	1	Clonazepam 0,5mg	100.000	COM	0,1773	17.730,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

49	1	Clonazepam 2mg	225.000	COM	0,0389	8.752,50	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
50	1	Clonazepam solução oral 2,5mg/ml (Frasco com 20ml)	2.000	FR	1,8430	3.686,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
51	1	Cloreto de sódio solução nasal 0,009 - frasco c/ 30 ml	2.000	FR	0,8890	1.778,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
52	1	Clorpromazina, cloridrato de. 100mg	225.000	COM	0,2763	62.167,50	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
53	1	Clorpromazina, cloridrato de. 25mg	180.000	COM	0,3233	58.194,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
54	1	Clorpromazina, cloridrato de. Sol oral 40mg/ml (Frasco com 20ml)	2.000	FR	8,7200	17.440,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
55	1	Clorpromazina, cloridrato de. Sol. injet. - 5 mg/ml amp c/5ml	2.000	AMP	2,6633	5.326,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
56	1	Dexametasona 4mg	40.000	COM	0,2449	9.796,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
57	1	Dexametasona creme (0,10%) (Bisnaga com 10g)	2.000	BIS	1,3916	2.783,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
58	1	Dexclorfeniramina, meleato de. 2mg	40.000	COM	0,2559	10.236,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
59	1	Dexclorfeniramina, meleato de. XP 0,4mg/ml (Frasco com 100ml)	2.000	FR	1,8892	3.778,40	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
60	1	Diazepam 10mg	150.000	COM	0,0399	5.985,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
61	1	Diazepam 5mg	150.000	COM	0,0419	6.285,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
62	1	Digoxina 0,25mg	50.000	COM	0,1273	6.365,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
63	1	Dipirona Sódica 500mg	120.000	COM	0,1155	13.860,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
64	1	Dipirona Sódica sol oral. 500mg/ml (Frascos com 10ml)	2.000	FR	2,8086	5.617,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
65	1	Doxazosina, mezilato de. 2mg	120.000	COM	0,0656	7.872,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

66	1	Doxazosina 4mg	80.000	COM	0,1480	11.840,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
67	1	Enalapril, maleato de. 5mg	100.000	COM	0,0385	3.850,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
68	1	Enalapril, maleato de. 10mg	225.000	COM	0,0292	6.570,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
69	1	Enalapril, maleato de. 20mg	100.000	COM	0,0405	4.050,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
70	1	Escopolamina, butibrometo 10mg	50.000	COM	0,5986	29.930,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
71	1	Espironolactona 100mg	50.000	COM	0,5530	27.650,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
72	1	Espironolactona 25mg	100.000	COM	0,1716	17.160,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
73	1	Fenitoína sódica 100 mg	120.000	COM	0,1773	21.276,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
74	1	Fenobarbital 100mg	180.000	COM	0,1683	30.294,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
75	1	Finasterida 5mg	110.000	COM	0,2032	22.352,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
76	1	Fluconazol 150mg	40.000	CPS	0,4140	16.560,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
77	1	Fluoxetina, cloridrato de. 20mg	300.000	CPS	0,0529	15.870,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
78	1	Furosemida 40mg	300.000	COM	0,0411	12.330,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
79	1	Gabapentina 300mg	80.000	COM	0,2513	20.104,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
80	1	Glibenclamida 5mg	110.000	COM	0,0324	3.564,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
81	1	Haloperidol, decanoato de. Solução injetável 50mg/ml (Ampola com 1ml)	2.000	AMP	4,2800	8.560,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
82	1	Haloperidol 1mg cp	80.000	COM	0,2156	17.248,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

83	1	Hidralazina, cloridrato de 25 mg	50.000	COM	0,3593	17.965,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
84	1	Hidroclorotiazida 25mg	150.000	COM	0,0179	2.685,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
85	1	Hidróxido de alumínio susp. oral 61,5 mg/ml - fr c/ 150ml	2.000	FR	3,4806	6.961,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
86	1	Ibuprofeno 300mg	100.000	COM	0,0900	9.000,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
87	1	Ibuprofeno 600mg	300.000	COM	0,1283	38.490,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
88	1	Ibuprofeno susp oral 50mg/ml (Frasco com 30ml)	2.000	FR	2,5230	5.046,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
89	1	Ipratrópio, brometo de solução inalante 0,25mg/ml (Frasco com 20ml)	2.000	FR	1,0466	2.093,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
90	1	Isossorbida, dinitrato de. 5mg (Comprimido sublingual)	50.000	COM	0,2533	12.665,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
91	1	Isossorbida, mononitrado de. 20mg	100.000	COM	0,1800	18.000,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
92	1	Isossorbida, mononitrado de. 40mg	80.000	COM	0,4977	39.816,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
93	1	Itraconazol 100mg - cápsula	120.000	CPS	0,6562	78.744,00	10,00	Ampla Concorrência
94	1	Ivermectina 6 mg	50.000	COM	0,3544	17.720,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
95	1	Levodopa + Benserazida 100mg + 25mg	50.000	COM	1,4300	71.500,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
96	1	Levodopa + Benserazida 200mg + 50mg	40.000	COM	1,7420	69.680,00	10,00	Ampla Concorrência
97	1	levodopa + carbidopa 200 mg + 50 mg	50.000	COM	0,8173	40.865,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
98	1	Levodopa + Carbidopa 250mg + 25mg	50.000	COM	0,6330	31.650,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
99	1	Levotiroxina sódica 25 mcg	100.000	COM	0,0865	8.650,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
100	1	Levotiroxina sódica 50 mcg	100.000	COM	0,2228	22.280,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

101	1	Levotiroxina sódica 100 mcg	100.000	COM	0,1385	13.850,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
102	1	Lítio, carbonato de. 300mg	150.000	COM	0,1940	29.100,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
103	1	Loratadina 10mg	60.000	COM	0,0560	3.360,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
104	1	Loratadina xarope 1mg/ml (Frasco 100ml)	2.000	FR	2,4833	4.966,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
105	1	Losartana potássica 50mg	280.000	COM	0,0336	9.408,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
106	1	Metformina, cloridrato de. 500mg	100.000	COM	0,1113	11.130,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
107	1	Metformina, cloridrato de. 850mg	120.000	COM	0,1155	13.860,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
108	1	Metildopa comprimido 250mg	60.000	COM	0,3080	18.480,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
109	1	Metoclopramida, cloridrato de solução oral 4mg/ml (Frasco com 10ml)	2.000	FR	1,3580	2.716,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
110	1	Metoclopramida, cloridrato de. 10mg	50.000	COM	0,0600	3.000,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
111	1	Metoprolol, succinato de. 25 mg comp. de lib. Contr.	80.000	COM	0,3320	26.560,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
112	1	Metoprolol, succinato de 50mg (comprimido de lib. contr.)	80.000	COM	0,5356	42.848,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
113	1	Metoprolol, succinato de 100 mg - comp. de lib. Contr.	80.000	COM	0,2772	22.176,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
114	1	Metoprolol, tartarato de. 100mg	150.000	COM	0,2252	33.780,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
115	1	Metronidazol 250mg	80.000	COM	0,1693	13.544,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
116	1	Metronidazol 400mg	80.000	COM	0,2893	23.144,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
117	1	Metronidazol gel vaginal + aplicador 100mg/g (Bisnaga c/50g)	2.000	BIS	4,9031	9.806,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

118	1	Metronidazol susp oral (Benzoilmetronidazol) 40mg/ml (Frasco com 100ml)	2.000	FR	5,0654	10.130,80	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
119	1	Miconazol, nitrato de. creme dermatológico 2% (Bisnaga com 28g)	2.000	BIS	2,3856	4.771,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
120	1	Miconazol, nitrato de. creme vaginal + aplicador 2% (Bisnaga com 80g)	2.000	BIS	7,4027	14.805,40	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
121	1	Neomicina + bacitracina creme 5mg/g + 250 UI/g (Bisnaga com 10g)	2.000	BIS	2,0063	4.012,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
122	1	Nifedipino 10mg	50.000	COM	0,1029	5.145,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
123	1	Nistatina suspensão oral + conta gotas 100.000 UI/mL - fr c/ 30ml	2.000	FR	4,3438	8.687,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
124	1	Nistatina, creme vaginal + aplicador 25.000UI/g (Bisnaga com 60g)	2.000	BIS	5,9133	11.826,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
125	1	Nitrofurantoína 100mg	2.000	CPS	0,3143	628,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
126	1	Nortriptilina, cloridrato de. 25mg	80.000	CPS	0,2247	17.976,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
127	1	Óleo mineral purissimo (Frasco 100ml)	2.000	FR	3,1866	6.373,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
128	1	Omeprazol 20mg	300.000	CPS	0,0726	21.780,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
129	1	Paracetamol 500mg	300.000	COM	0,0623	18.690,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
130	1	Paracetamol solução oral 200 mg/mL - fr c/ 10 ml	2.000	FR	1,0833	2.166,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
131	1	Permetrina loção 1% (Frasco com 60ml)	2.000	FR	2,2950	4.590,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
132	1	Prednisolona, fosfato dissódico de. sol oral 3mg/ml (Frasco com 60ml)	2.000	FR	4,1222	8.244,40	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
133	1	Prednisona 5mg	50.000	COM	0,0616	3.080,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
134	1	Prednisona 20mg	100.000	COM	0,1476	14.760,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

135	1	Propranolol, cloridrato de. 40mg	80.000	COM	0,0272	2.176,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
136	1	Risperidona 1mg	100.000	COM	0,0806	8.060,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
137	1	Risperidona 2mg	150.000	COM	0,0895	13.425,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
138	1	Sais para reidratação oral. Po p/ sol oral. associações (Env c/ 27,9g)	50.000	Ev	0,6350	31.750,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
139	1	Salbutamol, sulfato de aerossol oral 100 µg dose (Frasco c/200 doses)	2.000	FR	11,6633	23.326,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
140	1	Sinvastatina 20mg	100.000	COM	0,0513	5.130,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
141	1	Sinvastatina 40mg	100.000	COM	0,1040	10.400,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
142	1	Sulfadiazina de prata pasta 1% (bislaga c/ 30g)	2.000	BIS	4,7086	9.417,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
143	1	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg	100.000	COM	0,1647	16.470,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
144	1	Sulfametoxazol + trimetoprima susp. 40mg/ml + 8mg/ml frasco 100ml	2.000	FR	2,9139	5.827,80	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
145	1	Sulfato ferroso 40mg Fe++	50.000	COM	0,0399	1.995,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
146	1	Tramadol 100mg	50.000	COM	0,6533	32.665,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
147	1	Varfarina sódica 5mg	80.000	COM	0,1483	11.864,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
148	1	Verapamil, cloridrato de. 80mg	80.000	COM	0,3216	25.728,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
149	1	Adrenalina (Epinefrina) 1mg/ml (1:1000) - amp 1ml sol injet	2.000	AMP	0,9418	1.883,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
150	1	Atropina, Sulfato 0,25 mg/1ml - amp 1ml sol injet	2.000	AMP	0,8300	1.660,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
151	1	Clorpromazina 5mg/ml - amp 5ml sol injet	2.000	AMP	3,3716	6.743,20	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

152	1	Dipirona Sódica 500mg/ml - amp 2ml sol injet	2.000	AMP	0,5644	1.128,80	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
153	1	Furosemida 10mg/ml - amp 2ml sol injet	2.000	AMP	0,6633	1.326,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
154	1	Glicose Hipertônica 50% - amp 10ml sol injet	2.000	AMP	0,6699	1.339,80	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
155	1	Hidrocortisona 500mg pó para sol injet	2.000	FR	4,3633	8.726,60	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
156	1	Ringer Lactato - fr 500ml	800	FR	7,6300	6.104,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
157	1	Amoxicilina + clavulanato de potássio. 500mg+125mg	20.000	COM	1,0266	20.532,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
158	1	Carbamazepina 200mg	60.000	COM	0,4771	28.626,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
159	1	Itraconazol 100mg - cápsula	30.000	CPS	0,6562	19.686,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP
160	1	Levodopa + Benserazida 200mg + 50mg	10.000	COM	1,7420	17.420,00	10,00	Participação Exclusiva para ME/EPP

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo nº 8444/2025.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de medicamentos é essencial para garantir a continuidade da assistência farmacêutica prestada pelo Município, assegurando tratamentos farmacológicos gratuitos, tratamentos de doenças crônicas, controle de agravos e apoio às demandas provenientes das Unidades Básicas de Saúde e serviços especializados.

3. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital, conforme o caso.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 7 (sete) dias úteis, em conformidade com o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar emitido pela(s) secretaria(s) requisitante(s).

4.2. A entrega dos bens serão na sede do Contratante ou em outro local determinado pelo mesmo, não excedendo o perímetro urbano do Município, sempre em horário de expediente.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

4.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal designado pelo Município através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca (se exigido em edital), procedência e prazo de validade;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

h) Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

i) Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

8.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

8.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

9. DA APRESENTAÇÃO DE NOTAS FISCAIS E DO PAGAMENTO

9.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

9.3. Na apresentação das notas fiscais a CONTRATADA deverá observar a IN da Receita Federal nº 1.234/2012 para fins de retenção de IRRF, com redação da IN 2.145/2023.

9.4. É obrigatório constar na Nota Fiscal a informação dos percentuais e o valor do IRRF a serem retidos na operação, conforme Instrução Normativa-IN 1.234/2012 artigo 2º inciso 6º e anexo I da tabela de retenções.

9.5. Caso a CONTRATADA não observar a IN nº 1.234/2012 com redação da IN nº 2.145/2023, as Notas Fiscais não serão aceitas para fins de Liquidação de empenho.

9.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, exceto quando houver tratamento tributário favorecido previsto em Lei, devendo a contratada proceder a apresentação de comprovação de enquadramento, por meio de documento oficial, para fazer jus ao benefício.

9.7. O pagamento será realizado na forma e prazo estabelecidos no edital, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

10.1. O levantamento de preços para estimativa do custo bem como das médias de cada item a ser licitado foi realizado pelo setor de compras (almoxarifado) do Município, nos termos do Decreto Municipal nº 80/2022.

Butiá, 28 de novembro de 2025

Jefferson Salatiel da Silva Vieira
Prefeito Municipal

Documento assinado digitalmente em 17/12/2025 15:13:31
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br/.cloud/wh186y> para
verificar a autenticidade.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 28/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8444/2025

Identificação da Proponente

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço completo:		
Email:		
Telefone:		
Banco da Licitante:	Conta:	Agência:
Nome do responsável legal/assinatura da ata e contratos:		
RG:	CPF:	
OBJETO: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Municipal do município de Butiá/RS através de Pregão Eletrônico - Registro de preços.		

Lote	Item	Descrição	Marca	Qtde	Un.	R\$ unit.	R\$ total
1	1	Aciclovir 200mg		50.000	COM		
2	1	Aciclovir 50mg/g creme (Bisnaga 10g)		2.000	BIS		
3	1	Ácido acetilsalicílico 100mg		160.000	COM		
4	1	Ácido fólico 5mg		45.000	COM		
5	1	Ácido valpróico 250mg		150.000	CPS		
6	1	Ácido valpróico 500 mg		150.000	COM		
7	1	Ácido valpróico solução oral ou xarope 50mg/ml (Frasco c/100ml)		2.000	FR		
8	1	Albendazol 400mg		20.000	COM		
9	1	Albendazol 40mg/ml (frasco c/10ml)		2.000	FR		
10	1	Alendronato de sódio 70 mg		20.000	COM		
11	1	Alopurinol 100mg		80.000	COM		
12	1	Alopurinol 300mg		80.000	COM		
13	1	Ambroxol, cloridrato de. - 30 mg/5ml - fr c/ 100 ml		2.000	FR		
14	1	Ambroxol, Cloridrato de. (15mg/5ml) - (Frascos com 100ml)		2.000	FR		
15	1	Amiodarona, cloridrato de. 200mg		60.000	COM		
16	1	Amitriptilina, cloridrato de. 25mg		250.000	COM		
17	1	Amitriptilina, cloridrato de 75 mg		50.000	COM		





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

18	1	Amoxicilina + clavulanato de potássio 50 mg/ml+12,5mg/ml fr c/100ml		2.000	FR		
19	1	Amoxicilina + clavulanato de potássio. 500mg+125mg		80.000	COM		
20	1	Amoxicilina 500mg		100.000	COM		
21	1	Amoxicilina po para susp. oral 50mg/ml (frascos com 150ml)		2.000	FR		
22	1	Atenolol 100mg		50.000	COM		
23	1	Atenolol 50mg		50.000	COM		
24	1	Azitromicina 500mg		80.000	COM		
25	1	Azitromicina pó para susp. oral 40mg/ml (frascos com 15ml)		2.000	FR		
26	1	Beclometasona, dipropionato de pó, sol. inal ou aerossol 250 mcg/dose - frasco c/ 200 doses		2.000	FR		
27	1	Benzilpenicilina benzatina. injet. 1.200.000 UI - pó p/susp + diluente		2.000	UN		
28	1	Besilato de Anlodipino 10mg		100.000	COM		
29	1	Besilato de Anlodipino 5mg		140.000	COM		
30	1	Betametasona, Dipropionato de + betametasona, Fosfato de 5 mg + 2 mg/ml amp. c/1 ml		2.000	AMP		
31	1	Biperideno, cloridrato de. 2mg		150.000	COM		
32	1	Budesonida 32mcg		2.000	FR		
33	1	Budesonida aerossol 50 mcg/dose suspensão nasal, frasco 120 doses		2.000	FR		
34	1	Captopril 25mg		100.000	COM		
35	1	Carbamazepina 200mg		240.000	COM		
36	1	Carbamazepina xarope 20mg/ml (Frascos com 100ml + copo medida)		2.500	FR		
37	1	Carbonato de cálcio + colecalciferol 500mg + 400UI		75.000	COM		
38	1	Carbonato de cálcio 1250 mg		75.000	COM		
39	1	Carvedilol 12,5mg		60.000	COM		
40	1	Carvedilol 25mg		60.000	COM		
41	1	Carvedilol 3,125 mg		60.000	COM		
42	1	Carvedilol 6,25mg		60.000	COM		
43	1	Cefalexina (sódica ou cloridrato) 500mg		100.000	CPS		
44	1	Cefalexina (sódica ou cloridrato) susp. oral 50mg/ml (frasco com 100 + copo de medida)		2.000	FR		
45	1	Cinarizina 75 mg		30.000	COM		
46	1	Ciprofloxacino, cloridrato de. 500mg		100.000	COM		
47	1	Clomipramina, cloridrato de 25 mg		50.000	COM		
48	1	Clonazepam 0,5mg		100.000	COM		
49	1	Clonazepam 2mg		225.000	COM		
50	1	Clonazepam solução oral 2,5mg/ml (Frasco com 20ml)		2.000	FR		





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

51	1	Cloreto de sódio solução nasal 0,009 - frasco c/ 30 ml		2.000	FR		
52	1	Clorpromazina, cloridrato de. 100mg		225.000	COM		
53	1	Clorpromazina, cloridrato de. 25mg		180.000	COM		
54	1	Clorpromazina, cloridrato de. Sol oral 40mg/ml (Frasco com 20ml)		2.000	FR		
55	1	Clorpromazina, cloridrato de. Sol. injet. - 5 mg/ml amp c/5ml		2.000	AMP		
56	1	Dexametasona 4mg		40.000	COM		
57	1	Dexametasona creme (0,10%) (Bisnaga com 10g)		2.000	BIS		
58	1	Dexclorfeniramina, meleato de. 2mg		40.000	COM		
59	1	Dexclorfeniramina, meleato de. XP 0,4mg/ml (Frasco com 100ml)		2.000	FR		
60	1	Diazepam 10mg		150.000	COM		
61	1	Diazepam 5mg		150.000	COM		
62	1	Digoxina 0,25mg		50.000	COM		
63	1	Dipirona Sódica 500mg		120.000	COM		
64	1	Dipirona Sódica sol oral. 500mg/ml (Frascos com 10ml)		2.000	FR		
65	1	Doxazosina, mezilato de. 2mg		120.000	COM		
66	1	Doxazosina 4mg		80.000	COM		
67	1	Enalapril, maleato de. 5mg		100.000	COM		
68	1	Enalapril, maleato de. 10mg		225.000	COM		
69	1	Enalapril, maleato de. 20mg		100.000	COM		
70	1	Escopolamina, butibrometo 10mg		50.000	COM		
71	1	Espironolactona 100mg		50.000	COM		
72	1	Espironolactona 25mg		100.000	COM		
73	1	Fenitoína sódica 100 mg		120.000	COM		
74	1	Fenobarbital 100mg		180.000	COM		
75	1	Finasterida 5mg		110.000	COM		
76	1	Fluconazol 150mg		40.000	CPS		
77	1	Fluoxetina, cloridrato de. 20mg		300.000	CPS		
78	1	Furosemida 40mg		300.000	COM		
79	1	Gabapentina 300mg		80.000	COM		
80	1	Glibenclamida 5mg		110.000	COM		
81	1	Haloperidol, decanoato de. Solução injetável 50mg/ml (Ampola com 1ml)		2.000	AMP		
82	1	Haloperidol 1mg cp		80.000	COM		
83	1	Hidralazina, cloridrato de 25 mg		50.000	COM		
84	1	Hidroclorotiazida 25mg		150.000	COM		
85	1	Hidróxido de alumínio susp. oral 61,5 mg/ml - fr c/ 150ml		2.000	FR		
86	1	Ibuprofeno 300mg		100.000	COM		
87	1	Ibuprofeno 600mg		300.000	COM		
88	1	Ibuprofeno susp oral 50mg/ml (Frasco com 30ml)		2.000	FR		





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

89	1	Ipratrópio, brometo de solução inalante 0,25mg/ml (Frasco com 20ml)		2.000	FR		
90	1	Isossorbida, dinitrato de. 5mg (Comprimido sublingual)		50.000	COM		
91	1	Isossorbida, mononitrato de. 20mg		100.000	COM		
92	1	Isossorbida, mononitrato de. 40mg		80.000	COM		
93	1	Itraconazol 100mg - cápsula		120.000	CPS		
94	1	Ivermectina 6 mg		50.000	COM		
95	1	Levodopa + Benserazida 100mg + 25mg		50.000	COM		
96	1	Levodopa + Benserazida 200mg + 50mg		40.000	COM		
97	1	levodopa + carbidopa 200 mg + 50 mg		50.000	COM		
98	1	Levodopa + Carbidopa 250mg + 25mg		50.000	COM		
99	1	Levotiroxina sódica 25 mcg		100.000	COM		
100	1	Levotiroxina sódica 50 mcg		100.000	COM		
101	1	Levotiroxina sódica 100 mcg		100.000	COM		
102	1	Lítio, carbonato de. 300mg		150.000	COM		
103	1	Loratadina 10mg		60.000	COM		
104	1	Loratadina xarope 1mg/ml (Frasco 100ml)		2.000	FR		
105	1	Losartana potássica 50mg		280.000	COM		
106	1	Metformina, cloridrato de. 500mg		100.000	COM		
107	1	Metformina, cloridrato de. 850mg		120.000	COM		
108	1	Metildopa comprimido 250mg		60.000	COM		
109	1	Metoclopramida, cloridrato de solução oral 4mg/ml (Frasco com 10ml)		2.000	FR		
110	1	Metoclopramida, cloridrato de. 10mg		50.000	COM		
111	1	Metoprolol, succinato de. 25 mg comp. de lib. Contr.		80.000	COM		
112	1	Metoprolol, succinato de 50mg (comprimido de lib. contr.)		80.000	COM		
113	1	Metoprolol, succinato de 100 mg - comp. de lib. Contr.		80.000	COM		
114	1	Metoprolol, tartarato de. 100mg		150.000	COM		
115	1	Metronidazol 250mg		80.000	COM		
116	1	Metronidazol 400mg		80.000	COM		
117	1	Metronidazol gel vaginal + aplicador 100mg/g (Bisnaga c/50g)		2.000	BIS		
118	1	Metronidazol susp oral (Benzoilmetronidazol) 40mg/ml (Frasco com 100ml)		2.000	FR		
119	1	Miconazol, nitrato de. creme dermatológico 2% (Bisnaga com 28g)		2.000	BIS		
120	1	Miconazol, nitrato de. creme vaginal + aplicador 2% (Bisnaga com 80g)		2.000	BIS		
121	1	Neomicina + bacitracina creme 5mg/g + 250 UI/g (Bisnaga com 10g)		2.000	BIS		





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

122	1	Nifedipino 10mg		50.000	COM		
123	1	Nistatina suspensão oral + conta gotas 100.000 UI/mL - fr c/ 30ml		2.000	FR		
124	1	Nistatina, creme vaginal + aplicador 25.000UI/g (Bisnaga com 60g)		2.000	BIS		
125	1	Nitrofurantoína 100mg		2.000	CPS		
126	1	Nortriptilina, cloridrato de. 25mg		80.000	CPS		
127	1	Óleo mineral purissimo (Frasco 100ml)		2.000	FR		
128	1	Omeprazol 20mg		300.000	CPS		
129	1	Paracetamol 500mg		300.000	COM		
130	1	Paracetamol solução oral 200 mg/mL - fr c/ 10 ml		2.000	FR		
131	1	Permetrina loção 1% (Frasco com 60ml)		2.000	FR		
132	1	Prednisolona, fosfato dissódico de. sol oral 3mg/ml (Frasco com 60ml)		2.000	FR		
133	1	Prednisona 5mg		50.000	COM		
134	1	Prednisona 20mg		100.000	COM		
135	1	Propranolol, cloridrato de. 40mg		80.000	COM		
136	1	Risperidona 1mg		100.000	COM		
137	1	Risperidona 2mg		150.000	COM		
138	1	Sais para reidratação oral. Po p/ sol oral. associações (Env c/ 27,9g)		50.000	Ev		
139	1	Salbutamol, sulfato de aerossol oral 100 µg dose (Frasco c/200 doses)		2.000	FR		
140	1	Sinvastatina 20mg		100.000	COM		
141	1	Sinvastatina 40mg		100.000	COM		
142	1	Sulfadiazina de prata pasta 1% (bisnaga c/ 30g)		2.000	BIS		
143	1	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg		100.000	COM		
144	1	Sulfametoxazol + trimetoprima susp. 40mg/ml + 8mg/ml frasco 100ml		2.000	FR		
145	1	Sulfato ferroso 40mg Fe++		50.000	COM		
146	1	Tramadol 100mg		50.000	COM		
147	1	Varfarina sódica 5mg		80.000	COM		
148	1	Verapamil, cloridrato de. 80mg		80.000	COM		
149	1	Adrenalina (Epinefrina) 1mg/ml (1:1000) - amp 1ml sol injet		2.000	AMP		
150	1	Atropina, Sulfato 0,25 mg/1ml - amp 1ml sol injet		2.000	AMP		
151	1	Clorpromazina 5mg/ml - amp 5ml sol injet		2.000	AMP		
152	1	Dipirona Sódica 500mg/ml - amp 2ml sol injet		2.000	AMP		
153	1	Furosemida 10mg/ml - amp 2ml sol injet		2.000	AMP		
154	1	Glicose Hipertônica 50% - amp 10ml sol injet		2.000	AMP		





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

155	1	Hidrocortisona 500mg pó para sol injet		2.000	FR		
156	1	Ringer Lactato - fr 500ml		800	FR		
157	1	Amoxicilina + clavulanato de potássio. 500mg+125mg		20.000	COM		
158	1	Carbamazepina 200mg		60.000	COM		
159	1	Itraconazol 100mg - cápsula		30.000	CPS		
160	1	Levodopa + Benserazida 200mg + 50mg		10.000	COM		

A empresa declara que:

1 - Estão inclusas no valor cotado todas as despesas necessárias ao cumprimento do futuro contrato, tais como: tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas, se necessário.

2 – Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

3 – Prazo de início de fornecimento: De acordo com o estabelecido no Termo de Referência;

4 – Declaramos ainda que não incidimos nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021;

Local e data _____

Nome/assinatura do responsável legal _____





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

D E C L A R A Ç ã O

_____(RAZÃO SOCIAL)_____, inscrita no CNPJ nº _____
(CNPJ)_____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)_____, CPF _____(Nº DO CPF)_____, telefone para
contato nº _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da
Licitação instaurada pelo MUNICÍPIO DE BUTIÁ, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N* ____/20____,
que enquadra-se na categoria: _____(MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)_____ e que
não se inclui no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Cidade e data _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7, INCISO XXXIII
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____,
sediada no endereço: _____, por intermédio do seu representante legal
_____, portador da carteira de identidade (RG) nº _____ e CPF nº
_____, telefone para contato nº _____, DECLARA para fins de cumprimento
ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cidade e data _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), , telefone para contato nº _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo MUNICÍPIO DE BUTIÁ, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202____, que não foi declarada INIDÔNEA, bem como não possui qualquer impedimento para licitar com o PODER PÚBLICO em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Cidade e data _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO VII – MINUTA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025

O MUNICÍPIO DE BUTIÁ, com sede à Rua do Comércio, 590 – Butiá/RS, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03, representado neste ato pelo Sr....., Prefeito Municipal, nos termos do art. 40, inciso II da Lei nº 14.133/2021, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão eletrônico nº 28/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, homologada em _____, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital e os itens que seguem:

Do(s) participante(s) do processo licitatório:

RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL	CPF

Do(s) vencedor(es)

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	R\$ TOTAL

Do(s) item(s) vencido(s) por fornecedor(es)

LOTE	ITEM	FORNECEDOR

Detalhamento do(s) item(s)

Lote	Item	Descrição	Marca	Qtde	Un.	R\$ unit.	R\$ total	Trat. ME/EPP

1 – OBJETO, PREÇO E CONDIÇÕES

1.1 - O objeto da presente ata trata-se de: Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Municipal do município de Butiá/RS através de Pregão Eletrônico - Registro de preços.;

1.2 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme Art. 83, § 4º da Lei 14.133/2021.

1.3 – A empresa vencedora assume a responsabilidade de fornecimento, mediante assinatura da presente ata, bem como todas as condições constantes no edital do pregão eletrônico nº 28/2025 e seus anexos;

1.5 – A empresa receberá cópia integral da presente ata, após sua assinatura e dos representantes do Município;

2 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

2.1. O pagamento será efetuado....., contados a partir da entrega dos materiais, depositados na conta indicada pela futura contratada, mediante a apresentação das Notas Fiscais e o pedido de pagamento pelo Núcleo de Material do Município.

Parágrafo único: Eventuais despesas com Tarifas Bancárias decorrentes do pagamento serão de responsabilidade da CONTRATADA.

2.2 – Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

a) Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social, emitida pelo órgão competente;

b) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Federal e Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

3 – DOS PRAZOS

3.1 – A presente ata de registro de preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62/2023;

4 – DO CONTRATO

4.1 – Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa ata serão celebrados contratos específicos com as empresas, com posteriores solicitações pelas Secretarias Municipais interessadas;

5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado, a(s) quantidade solicitada(s) pelo Município, não podendo, portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

5.2 - A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento e entrega dos produtos com as quantidades solicitadas nos locais determinados pela CONTRATANTE, sem que haja qualquer custo adicional, devendo a mesma cumprir com todas as exigências constante no edital do Pregão eletrônico no qual a presente ata originou-se;

5.1 – Os produtos a serem entregues e que porventura forem rejeitados, por estarem em desacordo com as especificações ou condições exigidas no contrato deverão ser substituídos nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até 24 horas após a Contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega;

5.2 – A recusa injustificada da Contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas na presente ata;

5.3 - Poderão fazer uso da(s) Ata(s) de Registro de Preços, todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do Município de Butiá.

5.4 - Os órgãos e/ou as entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador (Secretaria Municipal de Administração), para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa ata de registro de preços;

b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ata de registro de preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

6.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “e)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

6.3 – No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos efeitos, cancelado o preço registrado.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município se obriga a efetuar o pagamento, de acordo com o disposto na Cláusula II, item 2.1 e 2.2.

7.2. O Município obriga-se a cumprir as obrigações contidas no Termo de Referência;

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA FUTURA CONTRATADA

8.1 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, além do previsto no termo de referência, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda e ainda:

a) Assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

b) manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

c) Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

d) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

e) Aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

9. DAS PENALIDADES

9.1 Caso haja inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, o Município poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei federal n.º 14.133/2021 e posteriores alterações.

9.2 As penalidades serão:

a) advertência;

b) multa;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.3 Será garantido ao licitante, o direito prévio da citação e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contra quaisquer das situações acima previstas.

9.4 Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas

9.5 Serão aplicadas as penalidades:

9.3.1 quando houver recusa injustificada da empresa em assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assiná-la dentro do prazo estabelecido pelo Município;

9.3.2 sempre que verificadas pequenas irregularidades;

9.3.3 quando houver atraso injustificado no fornecimento, entrega solicitado(s) e/ou execução do(s) serviço(s) por culpa da empresa;

9.3.4 quando não corrigir deficiência apresentada no(s) material(ais) entregue(s) e/ou no(s) serviço(s) executado(s);

9.3.5 quando houver descumprimento das cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

9.6 Para o caso previsto no subitem 9.3.1 será aplicada uma multa de 1% sobre o valor total homologado para a Empresa.

9.7 Para o caso previsto no subitem 9.3.2 será aplicada uma multa de 0,2% sobre o valor total registrado para a Empresa.

9.8 A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 9.3.2). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.

9.9 A multa será de 0,2% por dia de atraso, incidente sobre o valor total registrado para a empresa, para o caso previsto no item 9.3.3, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

9.10 Para os casos previstos no subitem 9.3.4 será aplicada a multa de 100% sobre o valor do item mal executado.

9.11 Para os casos previstos no subitem 9.3.5 será aplicada a multa de 15% sobre o valor total registrado para a empresa.

9.12 A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na lei.

9.13 A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.14 A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pelo Prefeito Municipal.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

9.15 As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

10.2 – A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada à publicação dos seus extratos e começará a vigorar a partir das respectivas assinaturas.

10.3 – A Ata poderá ser rescindida caso ocorram quaisquer dos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

10.4 - Aplica-se a presente ATA as disposições da Lei federal 14.133/2021 bem como o decreto Municipal nº 062/2023.

10.5 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Butiá, RS, com renúncia de quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente ata, mediante assinatura do responsável legal da empresa vencedora que, lida e achada conforme, vai também assinada pelo Sr. Prefeito e duas testemunhas.

Butiá, de..... de

MUNICÍPIO DE BUTIÁ

EMPRESA VENCEDORA

O presente instrumento foi
submetido à apreciação da
Assessoria/Procuradoria Municipal,
nos termos do Art. 53 da Lei
14.133/2021;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025
CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº ____/20__

O MUNICÍPIO DE BUTIÁ, inscrito no CNPJ nº 88.117.718/0001-03, com sede à rua do Comércio, 590 – Centro – Butiá/RS, neste ato representado pelo Sr. _____, Prefeito Municipal, a seguir denominada simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua/Av. _____, Cep. _____, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si, justos e acordados o que abaixo se declara e com base Pregão Eletrônico nº 28/2025, na Lei 14.133/2021, no artigo 481 do código civil e no que não for incompatível com essas, mediante as cláusulas a seguir descritas.

I – OBJETO

CLÁUSULA 01ª É objeto deste instrumento Aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Municipal do município de Butiá/RS através de Pregão Eletrônico - Registro de preços., o qual integra o pregão eletrônico nº 28/2025, conforme quadro abaixo:

Item	Qtde	Un.	Descrição	R\$ unit.	R\$ total

CLÁUSULA 02ª A CONTRATADA será responsável pelo transporte e/ou entrega dos produtos em plenas condições, sem que haja nenhum custo adicional ao Município.

Parágrafo único: O(s) produto(s) deverão ser entregues na sede do Contratante ou em outro local determinado pelo mesmo, não excedendo o perímetro urbano do Município, sempre em horário de expediente.

II - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 03ª - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor justo e contratado de R\$ _____ (_____), sem qualquer correção nos termos do respectivo Pregão, na conta nº _____, agência _____, em até _____ dias, mediante o pedido de pagamento pela Secretaria requisitante e a apresentação das Notas Fiscais, na seguinte forma:

a) A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

b) Na apresentação das notas fiscais a CONTRATADA deverá observar a IN da Receita Federal nº 1.234/2012 para fins de retenção de IRRF, com redação da IN 2.145/2023.

c) É obrigatório constar na Nota Fiscal a informação dos percentuais e o valor do IRRF a serem retidos na operação, conforme Instrução Normativa-IN 1.234/2012 artigo 2º inciso 6º e anexo I da tabela de retenções.

d) Caso a CONTRATADA não observar a IN nº 1.234/2012 com redação da IN nº 2.145/2023, as Notas Fiscais não serão aceitas para fins de Liquidação de empenho.

CLÁUSULA 04ª - A CONTRATANTE efetuará o pagamento dos produtos/serviços contratados através de Transferência Eletrônica, por meio da rede bancária.

CLÁUSULA 05ª - Eventuais despesas com Tarifas Bancárias decorrentes do pagamento serão de responsabilidade da CONTRATADA.





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

CLÁUSULA 06ª - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

.....
.....

III – PRAZOS E FORMA DE ENTREGA/RECEBIMENTO

CLÁUSULA 07ª – O presente contrato tem vigência até o dia _____ e o prazo de entrega é de (.....) dias, a contar da solicitação pelo Contratante;

Parágrafo Primeiro: O prazo de entrega admite prorrogação, mediante caso fortuito devidamente justificado pela Contratada e aceito pelo Contratante;

CLÁUSULA 08ª – O objeto ora contratado será recebido da seguinte forma, nos termos do art. 140, inciso II da Lei 14.133/2021:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo 1º - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Parágrafo 2º - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

IV - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLAUSULA 09ª - A CONTRATADA compromete-se de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA 10ª - A CONTRATADA compromete-se a executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLAUSULA 11ª - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções nos produtos.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA providenciará na substituição do produto no prazo de 24(vinte e quatro) horas após a ciência formal sobre a existência de vícios aparentes de qualidade ou quantidade que estejam em desacordo com o Edital ou tornem os produtos impróprios ou inadequados ao consumo.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA providenciará na substituição do produto no prazo de 07(sete) dias após a ciência formal sobre a existência de vícios ocultos de qualidade ou quantidade que forem descobertos durante a execução do contrato e que tornem os produtos impróprios ou inadequados ao consumo.

CLAUSULA 12ª - Os produtos fornecidos pela CONTRATADA deverão atender aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho exigido pelo órgão competente.

CLAUSULA 13ª - A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do presente contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

Parágrafo Único: A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

CLAUSULA 14ª - A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, NÃO poderá subcontratar o objeto do presente contrato, salvo se houver expressa autorização do Contratante.

CLÁUSULA 15ª - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

V- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLAUSULA 16ª - O CONTRATANTE poderá a qualquer momento, após o recebimento do produto, reclamar vícios ou defeitos aparentes ou ocultos nos produtos, tais como aqueles decorrentes de disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, bem como, aqueles em descordo com o edital e com as normas de padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho exigido pelo órgão competente.

CLÁUSULA 17ª - A CONTRATANTE compromete-se a efetuar os pagamentos na data constante neste instrumento uma vez cumprido os demais prazos e condições previstos no Edital e no contrato.

CLAUSULA 18ª - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

VI- DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL E EXTINÇÃO

CLÁUSULA 19ª - Constatadas irregularidades na execução do objeto a Administração poderá:

Refutá-lo no todo ou em parte, determinando a substituição de produto ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades previstas. Na hipótese de substituição de produto, a contratada deverá fazê-lo em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento contratual, no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da notificação por escrito, sem que isto implique em quaisquer ônus para o Município. Na impossibilidade de serem substituídos ou refeitos, aplicar-se-ão as sanções cabíveis.

CLÁUSULA 20ª - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Primeiro: Constituem motivo para extinção do contrato os fatos constantes no art. 137 da Lei 14.133/2021;

Parágrafo Segundo: Os casos de extinção do contrato serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUSULA 21ª - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

a) multa de 0,2% por dia de atraso limitado este a 15 (quinze) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;





MUNICÍPIO DE BUTIÁ
Secretaria Municipal de Administração

b) multa de 10% por inexecução parcial do contrato.

c) multa de 12% por inexecução total do contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Primeiro: As multas serão calculadas sobre o valor não pago do contrato.

Parágrafo Segundo: As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro: As sanções estabelecidas nos incisos III e IV dessa cláusula é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 22ª - Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei federal 14.133/2021 e no que couber a Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA 23ª - As partes, de comum acordo, elegem o FÓRUM da Comarca de Butiá para dirimirem quaisquer dúvidas ou litígio originário do presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento para um só efeito, na presença das testemunhas instrumentárias.

Butiá, de..... de 20....

O presente instrumento foi
submetido à apreciação da
Assessoria/Procuradoria Municipal,
nos termos do Art. 53 da Lei
14.133/2021;

MUNICÍPIO DE BUTIÁ
CONTRATANTE

CONTRATADA

